

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

11ª Reunião Extraordinária 01 de Junho de 2021 às 11:00 horas no Ambiente Virtual.

Presidente: Deputado Gilmaci Santos

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de resolução 1/2018	Deputado Campos Machado	Cria na estrutura da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor - "PROCON ASSEMBLEIA".	Deputado Estevam Galvão	favorável ao projeto com emenda ora proposta	
2	Projeto de resolução 32/2019	Deputado Castello Branco	Institui a "Medalha Mérito Estadual da Segurança Pública e Defesa Nacional".	Deputado Dirceu Dalben	favorável	
3	Projeto de lei Complementar 44/2016	Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de Varas, de Ofícios Judiciais, de cargos públicos nos Quadros de Magistrados e de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado, e dá outras providências correlatas à competência jurisdicional, organização e divisão Judiciárias do Estado.	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto e à emenda nº 1	
4	Projeto de lei 1457/2015	Deputado Celso Nascimento	Dispõe sobre a criação do serviço voluntário de Capelania Escolar no Estado.	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
5	Projeto de lei 176/2016	Deputado Caio França	Regulamenta a carreira de Agente de Segurança Pública Ferroviária da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, e estabelece providências correlatas.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	

6	Projeto de lei 231/2016	Deputado Cezinha de Madureira	Altera a redação da Lei nº 15.292, de 2014, que define diretrizes para a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas e cria o Banco de Dados de Pessoas Desaparecidas.	Deputado Alex de Madureira	ratifica manifestação anterior, do Deputado Davi Zaia, favorável ao projeto, na forma da subemenda ora apresentada ao substitutivo proposto pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários	
7	Projeto de lei 302/2016	Deputado Edmir Chedid	Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento opcional do ensino do Direito Brasileiro nas escolas do Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável ao projeto com a emenda apresentada pela CCJR	
8	Projeto de lei 337/2016	Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor	Dispõe sobre os produtos essenciais e disciplina regras e prazos para o caso de vício em tais produtos.	Deputado Dirceu Dalben	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor	
9	Projeto de lei 414/2016 Juntado os PLs: 968/2016, 671/2016	Deputado Edmir Chedid	Dispõe sobre o direito do consumidor ao não estabelecimento de franquias e/ou cobrança por excesso de tráfego de dados por parte das empresas prestadoras de serviço de internet fixa, residencial ou empresarial, no Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável ao Projeto de Lei nº. 414, de 2016 com a emenda ora apresentada, e contrário aos Projetos de Lei nºs. 671, de 2016, e 968, de 2016.	
10	Projeto de lei 522/2016	Deputado Hélio Nishimoto	Dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de startups.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	
11	Projeto de lei 537/2016	Deputada Célia Leão	Dispõe sobre o custeio, por parte dos condenados que cumprem pena, em regime fechado ou semiaberto, das despesas inerentes a sua manutenção em estabelecimentos penais.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
12	Projeto de lei 452/2017	Deputado Marco Vinholi	Dispõe sobre a Criação de Restaurantes Populares Bom Prato dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para a População Hipossuficiente, consoante aduz o artigos 3º, inciso III, artigo 6º, caput da Constituição Federal e artigo 21, inciso III, da Constituição do Estado.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	

13	Projeto de lei 491/2017	Deputado Paulo Correa Jr	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas compensatórias para as empresas que promovam ensino profissionalizante na Fundação - CASA, Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.	Deputado Estevam Galvão	favorável ao projeto e à emenda proposta pela CCJR	
14	Projeto de lei 543/2017	Deputado Marco Vinholi	Altera a Lei nº 12.268, de 2006, que Institui o Programa de Ação Cultural - PAC.	Deputado Delegado Olim	favorável	
15	Projeto de lei 545/2017	Deputado Hélio Nishimoto	Proíbe a propaganda, comercialização e utilização de medicamentos contendo a substância denominada 2,4 - Dinitrofenol - DNP.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	
16	Projeto de lei 746/2017	Deputado Gil Lancaster	Obriga as Clínicas Psiquiátricas e Clínicas de Reabilitação, públicas e privadas, a instalarem sistema de monitoramento com câmeras de vídeo em suas dependências internas.	Deputado Dirceu Dalben	Ciência do Vencedor	
17	Projeto de lei 796/2017	Deputado Enio Tatto	Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia do Louvor e do Deus da Glória".	Deputado Alex de Madureira	favorável	
18	Projeto de lei 1067/2017	Deputado Luiz Turco	Institui o Cadastro Estadual de Treinadores e Escolinhas de Futebol - CETEF, junto à Federação Paulista de Futebol - FPF.	Deputado Delegado Olim	favorável	
19	Projeto de lei 46/2018	Deputado Luiz Turco	Dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agente de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares ou testemunhas, no âmbito do Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
20	Projeto de lei 222/2018	Deputado Afonso Lobato	Dispõe sobre o mapeamento das zonas litorâneas para a instalação de usinas de dessalinização de água marinha no Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
21	Projeto de lei 295/2018	Deputada Beth Sahão	Institui o Projeto "Cuca Legal" no Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	

22	Projeto de lei 422/2018	Deputado Coronel Telhada	Dispõe sobre a remoção e manejo de animais domésticos errantes, alçados e/ou ferais no Estado.	Deputado Delegado Olim	favorável	
23	Projeto de lei 439/2018	Deputado Itamar Borges	Torna permanente os "Jogos Regionais dos Idosos - JORI", no Estado.	Deputado Alex de Madureira	favorável	
24	Projeto de lei 457/2019	Deputado Rafa Zimbaldi	Dispõe sobre a disponibilização de espaços destinados à colocação de caixas coletoras de cupons ou notas fiscais de créditos do Programa Nota Fiscal Paulista em estabelecimentos que comercializam produtos ou serviços para animais.	Deputado Roberto Engler	favorável	
25	Projeto de lei 541/2019	Deputado Delegado Olim	Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com pátios de carros particulares.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
26	Projeto de lei 620/2019	Deputado Marcos Damasio	Autoriza o Poder Executivo a implantar Centros de Convivência para as pessoas com deficiência intelectual ou múltipla com idade igual ou superior a 30 (trinta) anos.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	
27	Projeto de lei 621/2019	Deputado Paulo Fiorilo	Autoriza o Poder Executivo a incluir a carne de peixe e seus derivados no cardápio da alimentação escolar da rede pública estadual de ensino.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
28	Processo 5476/2010	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.EBC 1569/2010 - TC-038280/026/08 e TC038281/026/08 - Julgou irregular os contratos celebrados entre a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e os Consórcio SGM-TAIT e Consórcio Motorola Digital.	Deputado Estevam Galvão	ratifica manifestação anterior, de sua autoria, que solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, para ciência da rescisão do julgado anterior, reputando regulares o pregão presencial internacional e os contratos dele decorrentes	

29	Processo 582/2017	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 101/2017 - TC-036305/026/09 - Julgou irregular o pregão presencial celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública-Polícia Militar do Estado de São Paulo - Centro de Suprimento e Manutenção de Material de Intendência e a empresa Capricórnio S.A.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
30	Processo 5053/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 2203/2018 - TCs-030874/026/11 e 025103/02611 - Julgou irregulares o contrato e os termos aditivos celebrados entre a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo-ARSESP e o Centro Abril de Pesquisa Pública e Privada Ltda.-ME. e julgada procedente a Representação formulada pela empresa Mark Sistemas de Informações e Informática Ltda.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
31	Processo 5058/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 2223/2018 - TC-003767.989.14-8 - Julgou irregulares o contrato e os termos aditivos firmados entre o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e a empresa Interseg Sistemas de Segurança Ltda. e julgada procedente a Representação.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
32	Processo 2339/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 572/2019 - TC-34709/026/15 - Julgou irregulares a dispensa de licitação, o contrato e o termo aditivo celebrados entre a Fundação para o Remédio-FURP e a empresa RV Ímola Transportes e Logística Ltda.	Deputado Alex de Madureira	que acolhe a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

33	Processo 5212/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 839/2019 - TC-16813/026/15 - Julgou irregulares a dispensa de licitação, o contrato e os dois termos aditivos, celebrados entre a Fundação para o Remédio Popular - FURP, e a empresa RV Ímola Transportes e Logística Ltda.	Deputado Alex de Madureira	que acolhe a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos
34	Processo 5213/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 1509/2019 - TC-16274/026/08 e TC-3040/026/08 - Julgou irregulares o pregão presencial e a nota de empenho celebrada entre o Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo e a empresa Lucas Neto Materiais de Construção Ltda. ME.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE, solicita o envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
35	Processo 7080/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC-SEB 1201/2019 - TC-16275/026/08 - Julgou irregulares o pregão presencial e o contrato celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública - Polícia Militar do Estado de São Paulo - Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral DAS/CG, e a empresa NDC Tecnologia e Informática Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
36	Processo 150/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM 72/2020 - TC-24400/026/09 - Julgou irregular a execução contratual entre a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP, e a empresa CPF Construtora Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos

37	Processo 153/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC-SEB 32/2020 - TC-46785/026/13 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, e o Consórcio Indago-Geológica.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
38	Processo 454/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 171/2020 - TC-10068/026/16 - Julgou irregulares o processo de dispensa de licitação e o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação - Diretoria de Ensino - Região Guarulhos Norte, e a empresa Transportadora Turística Benfica Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
39	Processo 1115/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of CGC-SEB 226/2020 - TC-1975/001/07 - Jugou irregulares o pregão presencial e o contrato celebrado entre o Hospital Geral de Promissão e a empresa Constroeste Construtora e Participações Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
40	Processo 1116/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of CGC-SEB 0136/2020 - TC-013725.989.17, TC-013818.989.17-0, e o TC-011122.989.17-1 - Jugou irregulares o pregão eletrônico e o contrato celebrado entre a Secretaria de Educação - Diretoria de Ensino da Região de Bragança Paulista e a empresa WF Serviços Terceirizados Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

11ª Reunião Extraordinária 01 de Junho de 2021 às 11:00 horas no Ambiente Virtual.

Presidente: Deputado Gilmaci Santos

PARA CIÊNCIA:

- Ofício 4/21, do TCE, informando que a relatoria das contas do Governador relativas a 2021 caberá ao Conselheiro Sidney Beraldo.
- Nota de Esclarecimento à Imprensa e à Opinião Pública da FENABRAVE, referente a 'ilógico aumento do ICMS sobre veículos novos e usados', em amplo texto.
- Ofício 48/20, do Deputado Barros Munhoz, Coordenador do Grupo de Trabalho criado pelo Ato 34/20, com o fim de acompanhar a execução fiscal e financeira junto ao Governo do Estado, sobre as medidas pertinentes à emergência no período de calamidade pública da COVID-19. Encaminha Relatório Parcial dos trabalhos, nos termos do artigo 4º da norma citada.
- Carta aberta ao Governo do Estado, assinada por diversas entidades - ABCDT, Abrasrenal, Fenapar, Soben, Abrasp - solicitando a manutenção da isenção de ICMS para garantir a continuidade do tratamento dos doentes renais crônicos, que necessitam disso para sobreviver. Somente no estado de SP 30.000 doentes renais dependem de diálise. Para atender esse contingente, as clínicas de diálise estão conveniadas ao SUS. Cerca de 85% dos pacientes tratados são pelo SUS.
- Ofício 644/20, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, encaminhando as informações referentes aos créditos da Nota Fiscal Paulista, concedidos aos consumidores no período de maio a agosto/20.
- Ofícios 18 e 36/ 21, da Câmara de Barretos; ofício 2/21, do Sindicato Rural de Guará; ofício 3/21, da Sociedade Rural Brasileira; ofício 1/21, da Associação dos Agricultores de Cocuera; ofício 2/21, do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes; ofício 1/21, da Sociedade Rural Brasileira; ofício s/ nº, do Sindicato Rural de Pompéia; ofício 2/21, do Sindicato Rural de São Joaquim da Barra; ofício 1/21, da Cooperativa de Laticínios de Cachoeira Paulista, COLACAP; ofício 25/20, do Sindicato Rural de Jacareí; ofício 5/21, do Sindicato Rural de Lorena e Piquete, Sindicato Rural de Guaratinguetá, Associação Agropecuária de Guaratinguetá e Cooperativa de Laticínios Serramar; ofício 29/21, do Sindicato Rural de Batatais; ofício 3/21, do Sindicato Rural de São Manuel; ofício 11/21, do Sindicato Rural de Fernandópolis; Ofício 11/21, do Sindicato Rural de Ibitinga; Ofício 20/21, Moção de Apelo da Câmara de Amparo; Ofício 3/21, do Sindicato Rural de Amparo, representando os produtores rurais de Amparo, Monte Alegre do Sul e Pedreira; Ofício 1/21, da Copercana, Cooperativa de Plantadores de Cana do Oeste do Estado de SP: todos se manifestando contra a Lei 17.293/20, que autoriza o Poder Executivo a taxar o ICMS sobre os produtos integrantes da cesta básica e também para itens de outros setores que integram e refletem na tributação da cadeia produtiva agropecuária, principalmente seu artigo 22, que traz insegurança jurídica a todos os setores, por conceder carta

branca ao Executivo para majorar o ICMS, a qualquer tempo, sem a anuência da ALESP; colocam também que tais aumentos diminuem a competitividade de todos os setores e aumentam o custo de vida do paulista em momento tão difícil; solicitam aprovação de PL na Alesp para revogar o artigo 22 da lei acima citada.

- Ofício 41/21, da Câmara de Jundiaí ; Moção de Repúdio nº 5/21, em relação à Lei 17.293/20, que aumenta o ICMS de veículos, construção civil e combustíveis.

- Requerimento 18/21, da Câmara de Barretos, solicitando a revogação do Decreto 65.253/20, referente ao aumento do ICMS para o setor automotivo.

- Ofício 33/21, da Câmara de Paraguaçu Paulista ; Moção de Repúdio 1/21, sobre a elevação de alíquotas para medicamentos e produtos da cesta básica, em plena pandemia.

- Ofício 31/21, da Câmara de Presidente Bernardes ; Moção de Repúdio 1/21, em relação ao aumento do ICMS para veículos, combustível, alimentos, medicamentos genéricos e licenciamentos.